

Folha de S. Paulo

18/6/1984

O jogo duplo dos novos barões

José Eli Veiga

No Brasil o liberalismo sempre foi muito acanhado. Volta e meia o empresariado resolve cultivá-lo mas ele aparece menos como uma determinação consequente e mais como uma vontade hesitante beirando a veleidade. Nossos liberais raramente têm projeto político definido e quando este se esboça, dão pela falta de uma organização política e institucional; acabam compondo com os "autoritários" e quando tentam pôr as manguinhas de fora levam logo uma rasteira dos "espertos". Está aí o Aureliano para confirmar a regra.

Esse caráter hesitante e envergonhado o liberalismo brasileiro tem muito a ver com a dicotomia estabelecida por nossas "classes produtoras entre as questões econômicas e as questões sociais. Combatem com certa tranquilidade as injunções da política econômica que lhes tragam algum tipo de prejuízo mas ficam histéricas diante de qualquer iniciativa das "classes trabalhadoras". No momento querem a transição democrática mas têm vapor de se juntar ao povão nas ruas para exigir eleições diretas. E a conjuntura atual tem sido pródiga em acontecimentos que confirmam e ilustram essa ambivalência de nossos liberais. Particularmente no setor agrícola paulista.

Há algumas semanas o governo estadual divulgou um documento fixando diretrizes para a aprovação de projetos do Proálcool em São Paulo. Uma dessas diretrizes condiciona a instalação de novas destilarias ou a ampliação das já existentes, ao cumprimento da legislação trabalhista. Foi até cômica a reação de alguns paladinos da livre iniciativa. Ao esbravejarem, chegaram a acusar o governo de estar sob influência russa e cubana. Há quem se pergunte até agora porque teriam esquecido dos chineses.

O caso tornou-se ainda mais grotesco pois simultaneamente explodia a rebelião dos bóias-frias em Guariba. E o que veio à tona? Primeiro: o fato de que o patronato agrícola paulista recusa-se há nove anos a qualquer tipo de negociação com a Federação dos Rurais — a Fetaesp — em torno de convenções ou Acordos Coletivos, impondo sistematicamente o dissídio. Segundo: o fato de que boa parte das cláusulas dos acórdãos do TRT nem chegam a ser cumpridas pela maior parte dos empregadores. Sentem-se suficientemente escorados pela extrema debilidade da fiscalização do Ministério do Trabalho e pela precariedade do poder judiciário no campo.

Se isso acontece em ramos modernos do setor agrícola como os da cana e da laranja, não poderia ser diferente em áreas onde a livre iniciativa está mais voltada à especulação fundiária do que à produção. Os fazendeiros do Pontal do Paranapanema que se aproveitaram até agora da "ineficácia" dos governos anteriores em recuperar as terras devolutas estaduais foram espernear em Brasília contra as desapropriações decretadas pelo governador Montoro. Boa parte dos envolvidos nessa imensa grilagem é formada por expoentes do liberalismo paulista. Conservam-se, claro, num silêncio sepulcral e torcem secretamente pela vitória dos "espertos".

Por último, um caso menos conhecido: o da Fazenda Pirituba, no município de Itaberá. Na década de 50 essa fazenda de 17 mil hectares foi incorporada ao patrimônio do Estado devido a uma hipoteca da Cia Agrícola e Industrial de Angatuba. O então governador Ademar de Barros entregou-a a um italiano importado especialmente para implantar ali um polo de fomento à cultura do trigo. O contemplado, Sr. Lino Vicenzi, preferiu tomar a livre iniciativa de arrendar por baixo do pano a maior parte dessas terras a "pecuaristas". Desde essa época a fazenda ficou nas mãos desse punhado de espertalhões, com exceção de uma pequena parte que foi loteada entre 1963 e 1974 com base na Lei de Revisão Agrária promulgada por

Carvalho Pinto. Há alguns dias a Procuradoria Geral do Estado conseguiu, numa memorável ação, o sequestro da área grilada pelos herdeiros de Vicenzi e por Omar Tupã Borges, destinando-a um novo projeto do Instituto de Assuntos Fundiários, da Secretaria de Agricultura. Ou seja, o governo Montoro está resolvendo uma pendência de cunho social que durou 34 anos. Por acaso o fato mereceu algum destaque nos meios de comunicação que se afirmam baluartes do liberalismo?

O grande embaraço de nossos liberais vem de sua aversão às leis e atos normativos que beneficiam os trabalhadores. Pesa demais em seus cérebros a herança de seus antepassados senhores de engenho e barões do café que conseguiram ser livre-cambistas e escravocratas ao mesmo tempo.

(1º Caderno — Página 7)